



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 013 Exercício de: 2025

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodolfo Reis de Souza

em 12/02/2025 para

Parecer da Comissão

Recebido Paula Soler

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 009

Dispõe sobre as escolas municipais e estaduais
contarem o hino nacional, hino municipal e a oração
do Pai Nosso, ao menos uma vez na semana antes
do início das aulas.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 009 - DISPÕE SOBRE AS ESCOLAS
MUNICIPAIS E ESTADUAIS CANTAREM O HINO NACIONAL, HINO MUNICIPAL E
FAZEREM 1 (UM) MINUTO DE SILÊNCIO, UMA VEZ NA SEMANA ANTES DO
INÍCIO DAS AULAS.

Nome: Ven. Ana Paula Espina

APROVADO EM 1º DISCUSSÃO
em Sessão de 11/03/25

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 18/03/25

APROVADO	
Favoráveis	<u>10</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
11.03.25	

ATUAÇÃO

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
18/03/25	

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 11/03/25

Substitutivo ao projeto de Lei nº....009...../2025



APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	-
Abstenções	-
11.03.25	

Dispõe sobre as escolas municipais e estaduais cantarem o hino nacional, hino municipal e fazerem 1 (hum) minuto de silêncio, uma vez na semana antes do início das aulas.

A Câmara Municipal de Jaguariúna aprova a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a execução do Hino Nacional do Brasil pelo menos uma vez na semana nas escolas públicas de rede municipal e estadual de ensino.

Art. 2º A execução do Hino Municipal de Jaguariúna nas escolas públicas da rede municipal de ensino, ocorrerão no início das atividades escolares sempre no horário de entrada dos alunos 1 vez na semana.

Art 3º São os objetivos da presente lei:

I - conhecimento do Hino Municipal, bem como compreender o seu significado;

II – valorização do hino municipal;

III - desenvolvimento do senso de cidadania e patriotismo;

IV - compreensão da postura adequada no momento de execução de hinos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete Ver. APESM, 06 de fevereiro de 2025.

VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 18/03/25

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	-
Abstenções	-
18/03/25	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

O Hino Nacional é um dos símbolos da Pátria que representa seu povo, sua história, enfim, sua cultura. Sua letra tem palavras pouco usadas no cotidiano e por isso de difícil entendimento, principalmente pelas crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo necessária uma ação escolar para sua compreensão e memorização.

Como justificativa temos também a Lei 5.700/1971, alterada em setembro de 2009, trazendo a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional uma vez por semana em todas as escolas. Mesmo com essa obrigatoriedade percebe-se que o Hino Nacional, é pouco conhecido na sua íntegra pela população.

Objetivos: Que os alunos:

- Conheçam a letra e a música do Hino Nacional Brasileiro e do município de Jaguariúna;
- Valorize o Hino Nacional e a Bandeira Nacional, o Hino de Jaguariúna e Bandeira de Jaguariúna;
- Desenvolvam o senso de patriotismo;
- Ampliem seu repertório;
- Vivenciem momentos de respeito e amor à pátria;
- Aprendam a postura adequada no momento de execução do Hino;
- Saibam se comportar e cantar nos eventos da escola ou de qualquer outro local;
- Conheçam a história da fundação de Jaguariúna.
- Vivenciem experiências como as dos pais que quando alunos das escolas praticavam esse momento de cântico sempre antes do início das aulas.

Ações desenvolvidas: Todas as sextas-feiras, no horário de entrada, os alunos dirigem-se ao pátio onde permanecem em fila. Juntos cantam o Hino Nacional, o Hino de Jaguariúna, em seguida, a Diretora da Escola dá as boas-vindas a todos, se necessário dá os avisos gerais.

Benefícios da ação:

- Alunos memorizaram a letra e a música do Hino Nacional Brasileiro e hino de Jaguariúna;
- Todos os alunos aprenderão a postura adequada no momento de execução do Hino Nacional;

Gabinete Ver. APESM, 06 fevereiro de 2025.

VEREADOR ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodolfo Reis de Souza
em 12/02/2025 para [assinatura]
Parecer da Comissão
Recebido Paula Souza

Dispõe sobre as escolas municipais e estaduais cantarem o hino nacional, hino municipal e a oração do Pai nosso, ao menos um vez na semana antes do início das aulas.

A Câmara Municipal de Jaguariúna aprova a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a execução do Hino Nacional do Brasil pelo menos uma vez na semana nas escolas públicas de rede municipal e estadual de ensino.

Art. 2º A execução do Hino Municipal de Jaguariúna nas escolas públicas da rede municipal de ensino, ocorrerão no início das atividades escolares sempre no horário de entrada dos alunos 1 vez na semana.

Art. 4 Oração do Pai Nosso logo após cantarem o hino Nacional e o hino municipal.

Art 5º São os objetivos da presente lei:

I - conhecimento do Hino Municipal, bem como compreender o seu significado;

II – valorização do hino municipal;

III - desenvolvimento do senso de cidadania e patriotismo;

IV - compreensão da postura adequada no momento de execução de hinos.

V- Sendo ela uma oração universal que é aceita na maioria das religiões.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete Ver. APESM, 06 de fevereiro de 2025.

VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ

PROTOCOLO Nº	<u>101</u>
EM	<u>10/02/25</u>
SECRETARIA	<u>[assinatura]</u>



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

O Hino Nacional é um dos símbolos da Pátria que representa seu povo, sua história, enfim, sua cultura. Sua letra tem palavras pouco usadas no cotidiano e por isso de difícil entendimento, principalmente pelas crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo necessária uma ação escolar para sua compreensão e memorização.

Como justificativa temos também a Lei 5.700/1971, alterada em setembro de 2009, trazendo a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional uma vez por semana em todas as escolas. Mesmo com essa obrigatoriedade percebe-se que o Hino Nacional, é pouco conhecido na sua íntegra pela população.

E como justificativa a oração do Pai Nosso, esse é o momento onde nos conectamos com Deus e permitimos que ele se conecte conosco, além de que a letra da oração nos trás uma mensagem que Ele é nosso, e o desejo expressado que "que seja assim na terra como é nos céus" nos trás um conforto e esperança de dias melhores, aja vista que muitos tem passado por momentos de grande dificuldade.

Objetivos: Que os alunos:

- Conheçam a letra e a música do Hino Nacional Brasileiro e do município de Jaguariúna;
- Valorize o Hino Nacional e a Bandeira Nacional, o Hino de Jaguariúna e Bandeira de Jaguariúna;
- Desenvolvam o senso de patriotismo;
- Ampliem seu repertório;
- Vivenciem momentos de respeito e amor à pátria;
- Aprendam a postura adequada no momento de execução do Hino Nacional e oração;
- Saibam se comportar e cantar nos eventos da escola ou de qualquer outro local;
- Conheçam a história da fundação de Jaguariúna.
- Vivenciem experiências como as dos pais que quando alunos das escolas praticavam esse momento de cântico e oração sempre antes do início das aulas.

Ações desenvolvidas: Todas as sextas-feiras, no horário de entrada, os alunos dirigem-se ao pátio onde permanecem em fila. Juntos cantam o Hino Nacional, o Hino de Jaguariúna e oração do Pai Nosso, em seguida, a Diretora da Escola dá as boas-vindas a todos, se necessário dá os avisos gerais.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Benefícios da ação:

- Alunos memorizaram a letra e a música do Hino Nacional Brasileiro e hino de Jaguariúna;
- Todos os alunos aprenderão a postura adequada no momento de execução do Hino Nacional;

Gabinete Ver. APESM, 06 fevereiro de 2025.


VEREADOR ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ



Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Estado de São Paulo



LEI
Nº

PLENÁRIO "VEREADORA HERMENGARDA LEME MARINELLI – DADÁ"

5.212, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

(Projeto de Lei nº 148/2023, de autoria da Vereadora Milena de Souza Lima Paulista)

Estabelece, em âmbito municipal, a obrigatoriedade de execução dos hinos nacional e municipal nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares e dá outras providências

CRISTINA DO CARMO BRANDÃO BUENO DOMINGUES, Prefeita Municipal de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Item I, do Artigo 57, da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos estabelecimentos públicos municipais e estaduais e privados de ensino é obrigatória, no âmbito do Município de Espírito Santo do Pinhal, a execução do Hino Nacional uma vez por semana, em todas as sextas feiras.

Parágrafo único – Após a execução do Hino Nacional deverá haver, obrigatoriamente, a execução do Hino do Município de Espírito Santo do Pinhal.

Art. 2º - Havendo feriado nacional, estadual ou municipal, ou ponto facultativo, no dia estabelecido para a execução dos hinos, esta deverá ser realizada no dia letivo imediatamente anterior.

Art. 3º - A obrigatoriedade prevista no artigo primeiro desta lei abrangerá toda a educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Art. 4º - Juntamente com a execução dos hinos deverá estar presente, de forma visível e destacada, a bandeira do Brasil, estirada ou hasteada.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Espírito Santo do Pinhal, 12 de dezembro de 2023





Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Estado de São Paulo



PLENÁRIO "VEREADORA HERMENGARDA LEME MARINELLI – DADÁ"

Cristina do Carmo Brandão Bueno Domingues – Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA

A obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional do Brasil nas escolas públicas e privadas já é prevista em Legislação Federal - Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, alterada pela Lei nº 12.031, de 21 de setembro de 2009. Com isso, tínhamos uma demonstração da população jovem ligada às questões interesse nacional e cívica. A presente proposição tem o objetivo de resgatar esse momento cívico com a execução do Hino Nacional e de Espírito Santo do Pinhal, fazendo com que os alunos da rede pública municipal, estadual e particular de ensino tenham pleno conhecimento da letra e da música do Hino Nacional do Brasil e de Espírito Santo do Pinhal, aprendendo com veemência, valorizando o ato cívico e as solenidades, quando da sua execução. As pessoas só se lembram de nossa canção nacional e municipal em épocas de eventos esportivos internacionais, muito embora, nos campeonatos de futebol no Brasil, ainda é executado o hino pela metade, antes do início de algumas partidas.

O objetivo de ensinar o Hino Nacional e de Espírito Santo do Pinhal na escola é porque são um símbolo da pátria, representa o nosso povo e a valorização do nosso país e município. O Hino Nacional tem a letra de Joaquim Osório Duque Estrada e a música de Francisco Manoel da Silva. Surgiu na época da independência do Brasil. Traz o contexto desta época. Já o de Espírito Santo do Pinhal foi escrito em novembro de 1996, letra e música de Osvaldo Roberto (Belo) contando a história de nossa cidade e foi sancionado pela Lei nº 2.579 de 12 de abril de 2001, de autoria do vereador Edson Ângelo Pessoti.

Os hinos representam para nosso país e cidade todo amor e patriotismo do povo brasileiro. Enaltecem todas as características físicas e históricas do país e da cidade, conhecer e praticar os hinos é uma prova de amor à pátria. O hino nacional brasileiro é extenso devido à grande dimensão física e cultural brasileira que serve para mostrar a face do Brasil para o mundo. Logo, é uma forma direta de divulgar o país enfatizando todas as riquezas brasileiras sejam elas materiais ou imateriais.

Podemos perceber que o orgulho de entoar o hino brasileiro e de Espírito Santo do Pinhal, o patriotismo e o amor à bandeira estão longe da realidade de muitas instituições, principalmente as educacionais e isso acaba sendo preocupante, pois, de certa forma, afasta o cidadão de sua própria história.





Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Estado de São Paulo



PLENÁRIO "VEREADORA HERMENGARDA LEME MARINELLI – DADÁ"

O interessante é que ocorre uma espécie de aproximação dos estudantes acerca dos significados dos hinos para uma nação e porque ele acaba sendo tão importante para a história do país e do município, inclusive, para a identidade do nosso povo.

Tanto os profissionais da Educação quanto os educandos vão ampliar seu repertório, vivenciar momentos de respeito e amor à pátria, aprender a postura adequada no momento de execução dos hinos, saber se comportar e cantar nos eventos da escola ou de qualquer outro local.

Por fim, possibilitar ao aluno reconhecer que os grupos sociais compõem hinos que representam a sua ligação com determinados fatos, entender os hinos como manifestações sociais que aproximam grupos por suas identidades, com o esporte, o bairro, a escola, o país e outros símbolos.

Diante do exposto e da importância do tema, conto com o apoio e sensibilidade dos Nobres Pares na aprovação do presente Projeto de Lei.

Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal, 23 de novembro de
2023.

Vereadora **MILENA DE SOUZA LIMA PAULISTA**





Prefeitura do Município de Interesse Turístico de Brodowski

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 2.836, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

modelo

**“DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO DO HINO
NACIONAL BRASILEIRO E HINO DO
MUNICIPIO DE BRODOWSKI NAS ESCOLAS
DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.”**

JOSÉ LUIZ PEREZ, Prefeito Municipal de Brodowski, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei;

Faz saber que a Egrégia Câmara Municipal de Brodowski aprovou o projeto de Lei nº 056/2023, remetendo o autógrafo n. 066/2023, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro pelo menos uma vez na semana nas escolas públicas e privadas da rede municipal de ensino.

Artigo 2º - Nas escolas públicas da rede municipal de ensino, além do dispositivo do art. 1º, fica obrigatório pelo menos uma vez na semana a execução do Hino do Município de Brodowski.

Artigo 3º - A execução do Hino Nacional e do Hino Municipal nas escolas públicas da rede municipal de ensino, ocorrerão no início das atividades escolares, com hasteamento da bandeira nacional e bandeira municipal.

Artigo 4º - São os objetivos da presente Lei:

- I- conhecimento do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Municipal, bem como compreender o seu significado;
- II- valorização do Hino Nacional e a bandeira brasileira;
- III- valorização do hino municipal, da bandeira e dos símbolos do Município;
- IV- desenvolvimento do senso de cidadania e patriotismo;



Prefeitura do Município de Interesse Turístico de Brodowski

**Estado de São Paulo
Secretaria Municipal de Governo**



V- criação de ambiente escolar coletivo de respeito e amor à Pátria e ao Município;

VI- compreensão da postura adequada no momento de execução de hinos.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brodowski/SP, 20 de setembro de 2023.

JOSÉ LUIZ PEREZ
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no átrio da Prefeitura Municipal de Brodowski na data supra.

CARLOS EMMANUEL DA COSTA GAETA
Secretário Municipal de Governo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

PARECER JURÍDICO AO PROJETO de LEI Nº 009/2025.

Autoria: **VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ**

Ementa: “Dispõe sobre as escolas municipais e estaduais cantarem o hino nacional, hino municipal e a oração do Pai Nosso, ao menos um vez na semana antes do início das aulas.”

1) RELATÓRIO

O presente parecer visa analisar a legalidade e a viabilidade do Projeto de Lei nº 009/2025 que determina a execução do Hino Nacional do Brasil, do Hino Municipal de Jaguariúna e da Oração do Pai Nosso, ao menos uma vez por semana, antes do início das aulas nas escolas públicas municipais e estaduais de Jaguariúna.

Essa análise será realizada à luz dos princípios constitucionais e normativos pertinentes.

Em Justificativa, a Nobre Vereadora ressalta que o projeto de lei tem como objetivo mencionar que o Hino Nacional é um símbolo da Pátria que representa a cultura e a história do Brasil, mas sua letra complexa pode dificultar a compreensão, especialmente entre crianças do Ensino Fundamental. A Lei nº 5.700/1971, atualizada em 2009, exige a execução do Hino Nacional uma vez por semana nas escolas, no entanto, muitos ainda a conhecem apenas parcialmente. Além disso, a oração do Pai Nosso é vista como um momento de conexão com Deus, proporcionando conforto em tempos difíceis.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

1) RELATÓRIO

O presente parecer visa analisar a legalidade e a viabilidade do Projeto de Lei 009/2025 que determina a execução do Hino Nacional do Brasil, do Hino Municipal de Jaguariúna e da Oração do Pai Nosso, ao menos uma vez por semana, antes do início das aulas nas escolas públicas municipais e estaduais de Jaguariúna. Essa análise será realizada à luz dos princípios constitucionais e normativos pertinentes.

Em Justificativa, a Nobre Vereadora ressalta que o projeto de lei tem como objetivo mencionar que o Hino Nacional é um símbolo da Pátria que representa a cultura e a história do Brasil, mas sua letra complexa pode dificultar a compreensão, especialmente entre crianças do Ensino Fundamental. A Lei 5.700/1971, atualizada em 2009, exige a execução do Hino Nacional uma vez por semana nas escolas, no entanto, muitos ainda a conhecem apenas parcialmente. Além disso, a oração do Pai Nosso é vista como um momento de conexão com Deus, proporcionando conforto em tempos difíceis.

Os objetivos do projeto incluem ensinar os alunos a metrificar e valorizar o Hino Nacional e o Hino de Jaguariúna, desenvolver o patriotismo, ampliar o repertório cultural e promover o respeito e amor à pátria. As ações consistem na execução conjunta do Hino Nacional, do Hino de Jaguariúna e da oração do Pai Nosso todas as sextas-feiras, com os alunos alinhados no pátio.

Os benefícios observados incluem a memorização das letras e aprendizados sobre a postura adequada durante a execução dos hinos. A proposta busca resgatar tradições escolares e promover um ambiente de integração e respeito.

2) DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão da presença do predominante interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso II da Constituição Federal, bem como do Art. 24, §1º da mesma lei.

Desta feita, o Projeto de Lei n.º 000/2025 tem natureza legislativa parlamentar.

Quanto à sua iniciativa, a competência é **comum** do município, na forma que preceitua o Art. 12 e seguintes da Lei Orgânica.

3) DO MÉRITO DE CADA EXECUÇÃO: HINO NACIONAL BRASILEIRO, HINO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA E ORAÇÃO DO PAI NOSSO

3.1) SOBRE A EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO

DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

A Constituição Federal de 1988 estabelece importantes diretrizes que regem o ensino e a promoção de valores cívicos. O artigo 206 da Constituição prevê a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, bem como o respeito à pluralidade de ideias e à diversidade cultural.

A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, estabelece a disciplina sobre os símbolos nacionais, incluindo o Hino Nacional. De acordo com o artigo 1º da referida lei, o Hino Nacional é um dos símbolos da nacionalidade brasileira e deve ser respeitado e utilizado em ocasiões relevantes, incluindo cerimônias e eventos públicos. A execução do Hino Nacional nas escolas pode ser entendida como uma prática que promove valores de cidadania e patriotismo, alinhando-se com os objetivos da educação nacional, conforme estabelecido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A educação deve fomentar o desenvolvimento do senso crítico, da consciência política e da cidadania, o que é compatível com a execução regular dos símbolos nacionais.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 009/2025

É importante ressaltar que a proposta se limita à execução do Hino Nacional, que é um símbolo nacional, e não fere o princípio da laicidade, uma vez que não envolve a imposição de crenças ou práticas religiosas. Essa distinção é fundamental para garantir o respeito à diversidade presente nas comunidades escolares. O projeto de lei estabelece que o Poder Executivo regulamentará a execução do Hino Nacional, o que é positivo, pois permitirá a adaptação da prática às realidades locais e à execução respeitosa do hino, garantindo que esta atividade se dê de forma educacional e cívica.

CONCLUSÃO FAVORÁVEL

Dado o exposto, conclui-se que a proposta de execução do Hino Nacional do Brasil nas escolas públicas municipais e estaduais, ao menos uma vez por semana, está alinhada com os preceitos constitucionais e legais vigentes, podendo promover a formação cívica e o patriotismo dos estudantes.

Assim, é **favorável** à aprovação da proposta, respeitando os princípios da inclusão e da formação ética e cívica dos alunos, contribuindo para a conscientização dos mesmos em relação aos valores que sustentam a nação.

3.2) SOBRE A EXECUÇÃO DO HINO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, destaca que a educação deve ser promovida com base em princípios como igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, respeito à diversidade, e promoção de valores éticos e cívicos. A execução do Hino Municipal



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

pode atuar como um instrumento de valorização da cultura local e do sentimento de pertencimento dos alunos à comunidade.

De modo geral, os hinos municipais são previstos nas legislações locais e, como símbolos, têm a função de representar a cultura e a identidade dos cidadãos locais. A execução do Hino Municipal nas escolas municipais e estaduais de Jaguariúna podem contribuir para a formação da identidade local e do amor à cidade.

A execução do Hino Municipal nas escolas pode ser entendida como uma prática que promove a cidadania e valorização da cultura local. Isso está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), que enfatiza a importância da educação voltada à formação do indivíduo como cidadão consciente e participativo.

CONCLUSÃO FAVORÁVEL

Em face das considerações apresentadas, conclui-se que a proposta de execução do Hino Municipal de Jaguariúna nas escolas públicas municipais e estaduais é juridicamente **viável** e pode contribuir de maneira positiva para a formação da identidade cultural dos alunos e para a promoção da cidadania.

Assim, recomenda-se que a proposta seja aprovada, com a devida regulamentação, garantindo a sensibilidade em relação à diversidade dos alunos e respeitando o contexto educacional.

3.3) SOBRE EXECUÇÃO DA ORAÇÃO DO PAI NOSSO

DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 19, estabelece que é vedada a criação de leis que favoreçam ou estabeleçam cultos religiosos ou que restrinjam o exercício de quaisquer deles.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

Isso significa que a inclusão da Oração do Pai Nosso na rotina escolar pode ferir o princípio da laicidade, uma vez que está associada a uma prática religiosa específica.

O artigo 5º da Constituição Federal garante a liberdade de consciência e de crença, assegurando que nenhum cidadão é obrigado a aceitar ou participar de práticas religiosas com as quais não concorde. A imposição da Oração do Pai Nosso pode criar um ambiente de desconforto para alunos de diferentes crenças ou aqueles que não professam religião, contrariando esse princípio.

As escolas públicas atendem a uma ampla variedade de alunos de diferentes origens religiosas e culturais. A execução da Oração do Pai Nosso pode ser vista como uma alienação para aqueles que não se identificam com essa prática, o que pode levar à exclusão e à discriminação, em contrariedade aos princípios de inclusão e respeito à diversidade que devem nortear o ambiente escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação deve respeitar a pluralidade de ideias e a diversidade cultural. A imposição de uma oração específica pode ser entendida como um desvio destas diretrizes, que buscam promover um ambiente educacional inclusivo e respeitador das diferenças.

A nossa própria Lei Orgânica veda qualquer tipo de parcialidade religiosa.

Vejamos:

Art. 13 - Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos, igrejas, subvencioná-los ou obstruir-lhes o funcionamento, manter relações de dependência, aliança, ressalvadas na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Jurisprudência dos tribunais superiores tem reafirmado que a educação deve ser laica, e que práticas que impõem conteúdos religiosos nas escolas públicas são passíveis de serem consideradas inconstitucionais. A inclusão de leitura ou execução de orações específicas em ambiente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 009/2025

escolar pode, portanto, gerar contestações judiciais e questionamentos a respeito da legalidade da medida.

Vejamos:

STF - ADI 4439: Em decisão, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou que a educação estatal deve ser laica, sublinhando a necessidade de afastar práticas religiosas que possam ser consideradas impositivas no ambiente escolar. O tribunal considerou que a laicidade é um princípio fundamental do Estado brasileiro, assegurando a liberdade de crença e a diversidade. (Resumo nosso)

STF - RE 187.750: Nesse caso, o STF decidiu que a presença de símbolos religiosos em escolas públicas não pode ser imposta, garantindo que alunos de diferentes crenças possam estudar em um ambiente respeitoso e neutro. O tribunal destacou que a educação pública deve promover um espaço onde haja tolerância e respeito às diferentes convicções religiosas. (Resumo nosso)

TJ-SP - Apelação 1002462-60.2016.8.26.0053: O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu que a prática da oração em escola pública, obrigatória e direcionada, poderia ferir a liberdade de crença e a laicidade do ensino. O tribunal entendeu que escolas devem ter espaços de diversidade e respeito, e a imposição de práticas religiosas poderia levar à exclusão de alunos que não compartilhassem da mesma fé. (Resumo nosso)

Esses exemplos refletem o entendimento de que as instituições educacionais devem respeitar a pluralidade de crenças e a laicidade do ensino, evitando práticas que possam ser interpretadas como uma imposição de uma crença religiosa específica.

CONCLUSÃO DESFAVORÁVEL

Diante dos argumentos expostos, este parecer é **desfavorável** à proposta de execução da Oração do Pai Nosso nas escolas públicas municipais e estaduais de Jaguariúna. Tal prática pode implicar em violação dos princípios constitucionais da laicidade, da liberdade de consciência e da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

diversidade religiosa, comprometendo o ambiente educacional inclusivo que deve ser promovido nas instituições de ensino público.

Recomenda-se considerar a busca de alternativas que promovam a não imposição de exclusiva oração de determinada religião, respeitando a tolerância a diferentes crenças religiosas. Como por exemplo, não determinar uma oração específica, mas sim, de tão somente de dedicar 01:30 (um minuto e trinta segundos) ou determinado tempo de silêncio para que o aluno independentemente de sua religião ou não realize no seu amago a sua oração, estando assim em simetria com art. 215 § 1 da Lei Municipal e art. 33 de Diretrizes Básicas da Educação. Diante de tal alternativa, assegura-se o respeito à diversidade cultural religiosa de cada um, sendo vedado quaisquer formas de proselitismo.

Vejamos:

Lei Orgânica de Jaguariúna. Art. 215 - O ensino oficial do Município será gratuito e atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394/96. Art. 33 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

4) DAS COMISSÕES PERMANENTES

A Proposição do Projeto em análise precisa ser submetida ao crivo das seguintes Comissões: **Comissão de Constituição, Justiça e Redação** (art. 72, inciso I, do R.I.), **Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade** (art. 72, II, do R.I.) e **Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo** (art. 72, inciso IV, do R.I.)



Câmara Municipal de Jaguariúna

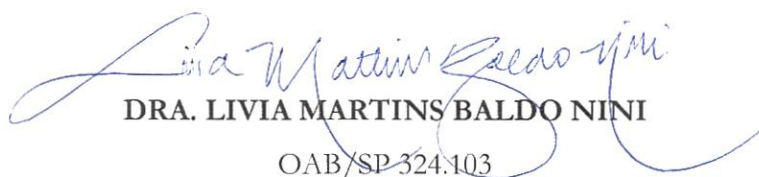
Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 009/2025

5) CONCLUSÃO FINAL – PARECER PARCIALMENTE FAVORÁVEL

O presente Parecer opina parcialmente pela viabilidade técnica do Projeto. Sendo que, **FAVORÁVEL** para a instituição na Execução tanto do Hino Nacional Brasileiro como o Hino do Município de Jaguariúna nas escolas do Município, conforme projeto de Lei e, **DESFAVORÁVEL** no que diz respeito a execução da oração do pai nosso, certo que tal imposição fere princípios Constitucionais da laicidade, da liberdade de consciência e da diversidade religiosa.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de fevereiro de 2025


DRA. LIVIA MARTINS BALDO NINI
OAB/SP 324.103

Advogada Legislativa - Câmara Municipal de Jaguariúna

DR. LUIS ANTONIO LUPORINI JUNIOR

OAB/SP 436.110

Diretor Jurídico – Câmara Municipal de Jaguariúna



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES PERMANENTES

Projeto de Lei nº 009/2025

DATA: 07/03/2025

HORÁRIO: 15hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA)

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS (VICE- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE OBRAS)

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADOR JOSÉ MUNIZ (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR ELCIO SHIOYITI HIRANO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE) – COMPARECEU DE FORMA REMOTA

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA ANA PAULA ESPINA SOUZA MUNIZ (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA)

DISCUSSÃO:

Primeiramente, a autora do projeto esclareceu que irá apresentar Substitutivo à propositura com o intuito de retirar a obrigatoriedade da oração do Pai Nosso. Após, os vereadores discutiram sobre o projeto e decidiram em aprova-lo para Discussão e Votação na próxima Sessão Ordinária.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 009/2025

PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO; ORÇAMENTO, FINANÇAS
e CONTABILIDADE; e de SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA,
ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER e TURISMO; no Projeto de Lei nº
009/2025.

Autoria: **ILUSTRÍSSIMA VEREADORA ANA PAULA ESPINA**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa da Ilustríssima Vereadora Ana Paula Espina, o Projeto de Lei em epígrafe dispõe sobre as escolas municipais e estaduais cantarem o hino nacional, hino municipal e a oração do Pai Nosso, ao menos uma vez na semana antes do início das aulas.

Na Justificativa, esclarece a Ilustríssima Vereadora que o hino nacional é um dos símbolos da pátria que representa seu povo, sua história, enfim, sua cultura.

Ademais, argumentou que os objetivos da propositura são de que os alunos conheçam a letra e a música do hino nacional brasileiro e do município de Jaguariúna; valorizem o hino nacional e a bandeira nacional, o Hino de Jaguariúna e a bandeira de Jaguariúna; desenvolvam o sentimento de patriotismo; ampliem seu repertório, vivenciem momentos de respeito e amor à pátria; aprendam a postura adequada no momento de execução do Hino Nacional e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

oração; saibam se comportar e cantas nos eventos da escola ou de qualquer outro local; conheçam a história da fundação de Jaguariúna; entre outras.

A autora, informou em reunião de Comissões que apresentará Substitutivo ao Projeto, a fim de retirar a obrigatoriedade de realização da oração do Pai Nosso do projeto.

É o relatório.

Desta forma, competem as Comissões Permanentes, reunidas em conjunto, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua legalidade, oportunidade e conveniência.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

O presente projeto foi submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e esta concluiu pela sua legalidade e constitucionalidade, ante a apresentação do Substitutivo que corrigiu a propositura.

Ademais, a Comissões de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo, no âmbito de sua competência, entendeu que o projeto é meritório e merece prosperar.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 009/2025

Em relação ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento não encontra óbices, tendo em vista que o objeto da propositura respeita os instrumentos normativos orçamentários vigentes, assim como está alinhado com os dispositivos legais relativos à matéria fiscal.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 009/2025, é legal, conveniente e oportuno, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Favorável é o parecer.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de março de 2025.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO

Vice-Presidente

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS

Secretária – Relatora



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 009/2025

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

Presidente


VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS

Vice – Presidente – Relatora


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO

Secretário

Pela Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo:


VEREADOR JOSÉ MUNIZ

Presidente


VEREADOR ELCIO SHIOYOITI HIRANO

Vice – Presidente


VEREADOR CLÁUDIO ROBERTO ANASTÁCIO

Secretário – Relator



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 009/2025.

(Autoria Ver. Ana Paula Espina Souza Muniz – PODEMOS)

Dispõe sobre as escolas municipais e estaduais cantarem o Hino Nacional, Hino Municipal e fazerem 1 (hum) minuto de silêncio, uma vez na semana antes do início das aulas.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a execução do Hino Nacional do Brasil pelo menos uma vez na semana, nas escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino.

Art. 2º A execução do Hino Nacional de Jaguariúna nas escolas públicas da rede municipal de ensino, ocorrerão no início das atividades escolares sempre no horário de entrada dos alunos, 1 (uma) vez na semana.

Art. 3º São os objetivos da presente lei:

I – conhecimento do Hino Municipal, bem como compreender o seu significado;

II – valorização do Hino Municipal;

III – desenvolvimento do senso de cidadania e patriotismo;

IV - compreensão da postura adequada no momento de execução dos Hinos.

Art.4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 18 de março de 2025.


VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente


VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI
Vice Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Primeiro Secretário


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.


Creusa Apf Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 0043

Jaguariúna 19 de março de 2025

Senhor Prefeito

Encaminhamos a Vossa Excelência, para sanção e promulgação o Projeto de Lei nº 009/25 - Ver. Ana Paula Espina Souza Muniz, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em 1ª e 2ª discussões, em Sessões Ordinárias realizadas nesta Casa em 11 e 18 de março corrente.

Atenciosamente,

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA

Presidente

Ao Senhor
David Hilario Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

